

REFORMA

A VITÓRIA DA GRAÇA



Elben César
[org.]

ELBEN CÉSAR
[ORGANIZADOR]

REFORMA

A VITÓRIA DA GRAÇA

REFORMA - A VITÓRIA DA GRAÇA

SÉRIE 45 ANOS

Categoria: Igreja / Liderança / Vida Cristã

Copyright © Editora Ultimato

Todos os direitos reservados

Primeira edição eletrônica: *Outubro de 2013*

Capa: *Ana Cláudia Nunes*

PUBLICADO NO BRASIL COM AUTORIZAÇÃO
E COM TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

EDITORIA ULTIMATO LTDA

Caixa Postal 43

36570-000 Viçosa, MG

Telefone: 31 3611-8500 — Fax: 31 3891-1557

www.ultimato.com.br

Textos originalmente publicados pela revista **Ultimato**
e pelo portal www.ultimato.com.br

SUMÁRIO

Apresentação

Introdução

PARTE 1

1. A vitória da Graça
2. A centralidade de Cristo na experiência e na Reforma de Lutero
3. A soteriologia dos reformadores

PARTE 2

4. Lutero – quem era e o que pensava
5. O sequestro de 1521
6. As teses de Lutero

PARTE 3

7. Protestantismo: o que restou da Reforma?
8. O dia da Reforma e o sacerdócio de todos os crentes
9. A Reforma e a missão
10. A Reforma Protestante ainda nos ajuda hoje?

Apêndice

APRESENTAÇÃO

A série “45 Anos” coloca à disposição dos leitores uma seleção de títulos em formato digital (e-book), dedicados à celebração de datas especiais – Natal, Páscoa, entre outros – em 2013. Assim, a Editora Ultimato quer compartilhar parte do seu acervo – além da contribuição dos seus autores – sobre temas importantes da fé cristã, no ano em que comemora 45 anos de publicação ininterrupta da revista **Ultimato**.

Reforma – A Vitória da Graça quer celebrar e relembrar a Reforma Religiosa do século XVI. Também apresenta algumas porções do pensamento e legado do reformador alemão Martinho Lutero (1483-1546), além de um capítulo especial com as suas conhecidas (e nem sempre lidas) 95 Teses. **Reforma – A Vitória da Graça** é o quinto e-book da série “45 Anos”, que também conta com *Igreja Evangélica: Identidade, Unidade e Serviço* e *Casamento e Família: encantamento e obrigações*.

Todos os capítulos não assinados são de autoria do pastor Elben César.

Os editores

INTRODUÇÃO

**SE É PELA GRAÇA, JÁ NÃO É MAIS PELAS OBRAS; SE FOSSE,
A GRAÇA JÁ NÃO SERIA GRAÇA (ROMANOS 11.6)**

No dia 31 de outubro de 1999, em Augsburg, não muito longe de onde ficava um dos primeiros campos de concentração da Alemanha nazista (Dachau), o cardeal Edward Cassidy, presidente do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade Cristã, representando o Vaticano, e o bispo Christian Krause, presidente da Federação Luterana Mundial, representando os luteranos, assinaram o documento *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação por Graça e Fé*. Uma das declarações mais enfáticas do documento de 20 páginas é esta: “Juntos confessamos: só pela graça e pela fé na ação salvadora de Cristo, e não com base em nossos méritos, somos aceitos por Deus e recebemos o Espírito Santo, que renova nossos corações e nos habilita e conclama a realizar as obras de bem”.

O texto é o resultado final de 32 longos anos de encontros e reuniões de uma comissão internacional formada de católicos e luteranos. Chegou-se ao consenso de que a salvação decorre da graça de Deus e não de boas obras, o que vem ao encontro da famosa declaração de Paulo: “Vocês são salvos pela graça, por meio da fé, e isto não vem de vocês, é dom de Deus; não por obras, para que ninguém se glorie” (Ef 2.8-9).

Além do texto, tanto a data e o local da assinatura dessa declaração conjunta lembram muito a Reforma Religiosa do século XVI, pois foi no dia 31 de outubro de 1517, há 496 anos, que o alemão Martinho Lutero deu início à Reforma, e foi ali em Augsburg, um ano depois, que ele reafirmou sua posição diante do enviado do papa Leão X, o cardeal Tomás de Vio, mais conhecido como Caetano.

O que aconteceu na Alemanha em outubro daquele ano deve ser entendido como uma vitória da graça, aquela graça de Deus que “se manifestou salvadora a todos os homens” (Tt 2.11). E, para comemorar tamanha vitória, é imprescindível que se conheça o rico significado bíblico e teológico da palavra *graça*.

PARTE 1

A VITÓRIA DA GRAÇA

Graça é a maneira pela qual Deus se dispõe a receber, de braços abertos, o pecador, não obstante sua santidade absoluta e o estado miserável em que se encontra aquele que dele se desviou. É uma bênção ou um favor verdadeiramente imerecido e indevido, que Deus concede em sua soberania, nunca em resposta a alguma iniciativa da parte do pecador. Deus não tem nenhuma obrigação de perdoar. Ninguém tem o direito de cobrar tal coisa de Deus. Ele, no entanto, perdoa por causa da graça. A iniciativa é sempre de Deus.

É Ele quem dá início ao processo da salvação e providencia os meios necessários, nunca se desobrigando de sua boa vontade. É como define Gerhard Trenkler, um dos colaboradores do *Dicionário de teologia bíblica*, das Edições Loyola: “Graça é a atividade

salvífica de Deus, que, decidida desde toda a eternidade, se tornou manifesta e eficaz na obra redentora de Cristo em favor de nós, e que continua e consuma em nós e no mundo a obra redentora” (vol. 1, p. 453).

De fato é necessário separar a graça da obra, principalmente na gestação da salvação. É como argumenta Paulo, em cujas epístolas a palavra grega para graça (*charis*) aparece 100 vezes: “Se é pela graça, já não é mais pelas obras; se fosse, a graça já não seria graça” (Rm 11.6). O lugar das obras é a posteriori, como consequência da salvação e, não, como meio de salvação.

A graça pode alcançar os pecadores que foram longe demais, pois “onde abundou o pecado, superabundou a graça” (Rm 5.20).

É de todo necessário distinguir a graça especial da graça comum. Esta é derramada sobre a totalidade da raça humana, sem discriminação. Por essa razão, Deus “faz nascer o seu sol sobre maus e bons, e vir chuvas sobre justos e injustos” (Mt 5.45). Já a graça especial é derramada somente sobre aqueles que Deus elege para a vida eterna, mediante a fé em Jesus. Uma vez alcançados por essa graça, eles vão enxergar o dom de Deus, vão se arrepender de seus pecados, vão obter e desenvolver a fé salvadora, vão se integrar no corpo de Cristo e vão herdar a vida eterna.

Os teólogos reformados gostam muito de falar sobre os seguintes aspectos da graça especial: a graça preveniente é a graça que antecede toda a decisão e esforço humanos; a graça *eficaz* é a graça que leva a efeito o propósito para a qual foi dada; a graça *irresistível* é a graça que não pode ser rejeitada, e a graça *suficiente* é a graça *adequada* para a salvação do crente, aqui e agora, e por toda a eternidade (definições de Philip E. Hughes, da Faculdade Australiana de Teologia, na *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*, das Edições Vida Nova, vol. II, p. 218-219).

A CENTRALIDADE DE CRISTO NA EXPERIÊNCIA E NA REFORMA DE LUTERO

Em menos de 90 anos (entre 1456 e 1543), foram feitas descobertas notáveis e surpreendentes, que abriram novos horizontes e transformaram o mundo. O gráfico alemão João Gutemberg descobriu caracteres tipográficos móveis que deram origem à imprensa (1456). O navegador genovês Cristóvão Colombo descobriu o vasto continente americano, habitado de norte a sul e de leste a oeste (1492). O navegador e explorador português Vasco da Gama descobriu a tão desejada rota marítima para as Índias (1497). O militar e navegador português Pedro Álvares Cabral descobriu a parte mais meridional do continente descoberto menos de oito anos antes por Colombo (1500). E

o astrônomo polonês Nicolau Copérnico descobriu que a Terra gira em torno do Sol, e não o contrário, como se pensava desde Ptolomeu, 1.400 anos antes (1543).

No meio dessas descobertas, que mudaram concepções conservadoras e tímidas, há mais uma, a que causou impacto maior e mais prolongado, com repercussões que duram até hoje. Trata-se da descoberta, ou melhor, da redescoberta da graça de Deus, pelo monge alemão Martinho Lutero.

Para redescobrir a graça, o “javali da floresta”, como o chamou o papa Leão X, teve de fazer outras redescobertas, a princípio desconcertantes, e, mais tarde, alvissareiras. Lutero percebeu a miséria humana: “Nós somos mendigos, essa é a verdade”. Essa revolucionária e difícil redescoberta levou-o a outra: “Cheguei, de fato, à firme conclusão de que ninguém é capaz de justificar-se por suas obras [e] que é preciso recorrer à graça divina, que pode ser obtida por meio da fé em Jesus Cristo”. A partir dessas duas redescobertas preliminares, ele chegou logo à graça, que é o amor de Deus ativo em benefício da salvação do homem.

Depois da descoberta pessoal da graça, Lutero se viu na obrigação de torná-la conhecida dos outros miseráveis “mendigos”. Ele entendeu que sua tarefa, a partir de então, seria trazer à luz o que estava e está encoberto e obscurecido: as boas notícias de que nos “nasceu um Salvador, que é Cristo, o Senhor” (Lc 2.11). É por isso que ele se apresentava como “Doutor Martinho Lutero, indigno evangelista de Nosso Senhor Jesus”. Ao contrário do que muitos ainda pensam, o alvo de Lutero era proclamar o evangelho, não reformar a igreja. O resto todo, inclusive a Reforma, foi consequência.

Os pesquisadores católicos Erwin Iserloh e Harding Meyer registram no livro *Lutero e Luteranismo Hoje*: “Em sua maneira aguda de falar, [Lutero] chega a expressar-se ocasionalmente assim: O fato de o papa viver em concubinato não tem importância; mas é insuportável que não pregue o evangelho, que até o escamoteie”.¹ Outro reformador, Guilherme Farel, de Genebra, pensava como Lutero, ao censurar o sacerdote católico “não por sua má vida, mas por sua má crença”.²

Para Lutero, “o evangelho é e não pode ser outra coisa senão uma prédica de Cristo, filho de Deus e de Davi; verdadeiro Deus e [verdadeiro] homem, que superou, para nós, com sua morte e ressurreição, o pecado, a morte e o inferno de todos os homens que nele creem”.³ O cristocentrismo de Lutero – expresso nas famosas frases latinas *solo Christus* (só Cristo e nada mais), *sola gratia* (só a graça e nada mais) e *sola fide* (só a fé e nada mais) – é tal que ele insiste: “Somente Jesus, filho de Deus – repito, somente Jesus, filho de Deus – redimiu-nos dos pecados”.⁴ Por causa dessa fantástica descoberta da graça, Lutero é chamado de “pai na fé”, na monografia cheia de calor humano, preparada pelo historiador católico Peter Manns, publicada em 1982. Ou de “doutor comum”, como sugeriu, em 1970, o cardeal J. Willebrands, presidente do Secretariado para a Unidade dos Cristãos, do Vaticano, por ocasião da quinta assembleia da Federação Luterana Mundial, realizada em Evian, em 1970.

Porque ainda existe a tentação de deixarmos Jesus Cristo de fora da igreja, das homilias, das teses, dos livros, da televisão, da internet e da história, (e essa tentação não deixará de acontecer nos séculos vindouros), precisamos ressuscitar a ênfase cristocêntrica de Lutero, expressa magistralmente na tese nº 62: “O verdadeiro tesouro da igreja é o santíssimo evangelho da glória e da graça de Deus”. Esse seria o laço de aproximação mais razoável, mais necessário e mais urgente, o único que evitaria o vexame pelo qual passou o pastor da igreja em Laodicéia, que se dizia cristã sem a efetiva presença de Cristo (Ap 3.20).

NOTAS

1. São Paulo: Vozes, 1969.

2. ISERLOH, E., MEYER, Harding. Lutero e luteranismo hoje. Petrópolis: Vozes, 1969. p. 24.

3. Idem. Ibidem. p. 46.

4. Idem. Ibidem. p. 47.

A SOTERIOLOGIA* DOS REFORMADORES

— EMILIO ANTONIO NUÑEZ —

Sem dúvida a data de 31 de outubro de 1517 é de grande transcendência na história universal. A Reforma exaltou verdades bíblicas que formam o sustentáculo de nossa evangelização. De uma maneira e outra, todos os cristãos evangélicos são herdeiros da Reforma. Embora tenha sido um movimento de profundas repercussões culturais, sociais e políticas, é de bom alvitre agarrarmo-nos aos fundamentos teológicos desta mensagem e, de maneira particular, à soteriologia dos reformadores. Para cumprir esse propósito, recorreremos a quatro grandes postulados da Reforma: *Sola Gratia, Solo Christus, Sola Fide e Sola Scriptura*.

SÓ A GRAÇA

Ensinam os reformadores que o pecador é justificado unicamente pela graça de Deus, mediante a fé em Jesus Cristo. Neste caso, a graça é o favor divino que o homem não merece, mas que, em sua soberania e bondade, Deus quer dar-lhe. A salvação é obra de Deus, não do homem. Paulo diz: “Pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto [a salvação] não vem de vós, é dom de Deus; não [vem] de obras, para que ninguém se glorie” (Ef 2.8-9). Em outra epístola, o apóstolo explica: “Se é pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça” (Rm 11.6).

O homem estende a mão vazia para receber, não a mão cheia para oferecer. Não tem nada a oferecer em troca de sua salvação. Tampouco pode cooperar com a graça divina para salvar-se. Está morto em seus delitos e pecados. Somente se dispõe a receber o favor de Deus.

O conceito de *só pela graça* é um golpe mui severo no orgulho humano. Aqui não há lugar para a auto-suficiência, nem para a arrogância do que pretende salvar-se a si mesmo e a outros, mesmo por meio de esforços que aos olhos da sociedade parecem mui nobres e heróicos.

Deus é sempre “o Deus de toda a graça” (1 Pe 5.10). A salvação sempre foi, é e sempre será pela graça. Mas esta graça vem em plenitude na pessoa de Jesus Cristo (Jo 1.17). Cristo é o dom inefável de Deus ao mundo. O homem pode salvar-se em Cristo, não à parte de Cristo.

SÓ CRISTO

A mensagem dos reformadores era cristológica e cristocêntrica. Assim deve ser a nossa. Jesus declarou: “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim” (Jo 14.6). E, segundo o apóstolo Pedro, “não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos” (At 4.12).

Compete-nos escutar de novo estas declarações que se opõem radicalmente a todo intento sincretista ou universalista. Gostemos ou não, o evangelho neo-testamentário é inclusivo e exclusivo. Inclui todos os que recebem a Jesus Cristo como único mediador entre Deus e os homens, e exclui todos os que resistem à graça de Deus. Não nos cabe incluir o que Deus não incluiu, nem excluir o que Ele não excluiu.

Só Cristo salva. Mas, qual Cristo? Definitivamente não se trata aqui do Cristo dos dogmas de feitura puramente humana, nem do Cristo da imaginação antiga e moderna, nem do Cristo do folclore latino-americano, nem do Cristo *superstar* das sociedades opulentas do Norte, nem do Cristo dos poderosos interesses econômico-sociais em nosso continente, nem do Cristo dos ideólogos de última hora. O Cristo que salva é senão aquele que é revelado nas Escrituras.

O Cristo revelado nas Escrituras é o *Cristo Deus* – o *Logos* eterno, associado eternamente com o Pai e com o Espírito, criador e sustentador dos céus e da terra, o Senhor da vida e da história, o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim, o “que é, que era e que há de vir”, o Todo-poderoso Senhor.

O Cristo revelado nas Escrituras é o *Cristo histórico* – manifestado no tempo e no espaço, em data precisa do calendário de Deus, na plenitude da história humana, no contexto de uma geografia, de um povo, de uma cultura, de uma sociedade.

O Cristo revelado nas Escrituras é o *Cristo humano* – engendrado pelo Espírito, concebido pela virgem Maria, participante de carne e sangue, “feito carne”, identificado plenamente com a humanidade.

O Cristo revelado nas Escrituras é o *Cristo profeta* – o arauto de Deus Pai, intérprete da Divindade, revelador da vontade divina para seu povo e para toda a humanidade.

O Cristo revelado nas Escrituras é o *Cristo sacerdote* – o que está assentado à direita da Majestade nas alturas e “tam-bém pode salvar totalmente os que por Ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles” (Hb 7.25).

O Cristo revelado nas Escrituras é o *Cristo rei*, que está para vir – o Juiz de vivos e de mortos, o Rei dos reis e Senhor dos senhores, o Cristo da renovação total.

SÓ A FÉ

A grande descoberta do frade Martin Lutero nas Escrituras foi que “o justo viverá por fé” (Rm 1.17). Essa verdade bíblica chegou a ser um grito de batalha na Reforma.

A fé é a mão que recebe a dádiva de Deus em Jesus Cristo. Certamente para o evangelista João, receber a Cristo parece ser um equivalente de crer nele (Jo 1.12). Por meio da fé fazemos nossos os benefícios de Cristo crucificado e ressuscitado. É nesses benefícios que descansa nossa segurança eterna de salvação.

A fé mediante a qual somos justificados não é cega, não é mera credulidade. Tampouco é a fé um mero assentimento à verdade revelada. É muito mais que um mero exercício intelectual. Ter fé é confiar, é abandonar-se nas mãos de Jesus Cristo, reconhecendo a enormidade de nossa culpa e a totalidade de nossa incapacidade para libertar-nos por nós mesmos do pecado. É admitir que os méritos humanos são inúteis para fins de justificação. É lançar mão do valor infinito da pessoa e obra do Filho de Deus. Ter fé em Jesus Cristo é deixar-se salvar por Ele.

A fé implica também obediência. Quando o homem crê que o Evangelho é a verdade, sente-se na obrigação de obedecê-lo. Segundo a doutrina da Reforma, o pecador é justificado só pela fé, mas a fé que justifica não permanece só. Não é uma fé estéril, muito menos morta. O ensino de Tiago (2.14-26) se harmoniza plenamente com o ensino de Paulo, o qual afirma que não somos salvos por obras, mas sim, para obras que Deus “de antemão preparou para que andássemos nelas” (Ef 2.10). Estas boas obras são o *fruto* da salvação, não a *causa* dela.

Crer em Jesus Cristo significa, além do mais, entrar em sério compromisso com Ele, com sua Igreja e com a sociedade. Não aceitamos Jesus Cristo para evadir nossas responsabilidades morais e viver como nos agrada, depois de haver adquirido uma apólice de seguro para a eternidade. No Evangelho há reclamos de caráter ético.

Jesus teve o cuidado de advertir as multidões sobre as dificuldades do caminho que Ele lhes propunha. Não guardou silêncio sobre as exigências do discipulado. Ninguém poderia

queixar-se de que Ele lhes enganara com a oferta de uma “graça barata”. Seu interesse estava na qualidade, não na quantidade de seus seguidores.

SÓ A ESCRITURA

Aceitaram os paladinos da Reforma a autoridade suprema das Escrituras, não só no que diz respeito à doutrina da justificação pela fé. Eles determinaram submeter sua fé e sua vida ao ditame final do cânon bíblico, e não a outra autoridade, fosse a do magistério eclesiástico, ou a da razão natural, ou a dos impulsos do coração. Aceitaram e proclamaram as Escrituras como sua norma objetiva e final. Foi fundamentalmente por essa declaração que os reformadores e a Igreja oficial daqueles tempos dividiram seus caminhos.

Nessa transcendental decisão, os reformadores não fizeram mais do que continuar uma longa tradição que vem desde os tempos do Velho Testamento e desde os dias de Cristo e seus apóstolos. Os profetas apelaram para a lei escrita como sua autoridade final. Cristo autenticou seu ministério ante o povo com a lei de Moisés, os profetas e os Salmos (Lc 24.44). Os apóstolos também se apoiaram na autoridade do Antigo Testamento. A Igreja antiga aceitou ambos os Testamentos e teve assim um cânon mais extenso ao qual apelar para suas decisões de fé e prática. Os reformadores fizeram que o “Assim diz o Senhor” e o “Está escrito” ressonassem poderosamente no âmbito da cristandade ocidental.

Através dos séculos o princípio da *Sola Scriptura* tem sido ameaçado e desafiado pela razão natural, pelo sentimentalismo pietista, pela pressão eclesial (católica e protestante), ou pela presunção de líderes que se creem superdotados para impor ao povo de Deus seu sistema de interpretação.

Os reformadores advogaram não a livre interpretação, mas o livre exame das Escrituras. O sacerdócio universal dos crentes – outra das grandes doutrinas exaltadas pela Reforma – não autoriza a ninguém torcer e retorcer o texto bíblico.

Se não acatarmos a norma objetiva das Escrituras, se não nos submetermos ao senhorio de Cristo, se não estivermos em sintonia

com o Espírito Santo, se nos distanciarmos da comunidade da fé — seremos presa fácil do subjetivismo, ou do relativismo, ou poderemos cair ingenuamente na trama de uma ideologia, não importa de que cor seja ela.

NOTA:

*Soteriologia é o ramo da teologia que trata da salvação, da obra de Cristo. Tratado teológico que tem como objeto a redenção do homem.

OBSERVAÇÃO:

Condensação da mensagem de abertura do Segundo Congresso Latino-americano de Evangelização — Clade II — no dia 31 de outubro de 1979, por ocasião do 462º aniversário da Reforma Religiosa do Século XVI, por Emilio Antonio Nuñez, um dos mais conhecidos teólogos da América Latina. Nascido em El Salvador, reside há muitos anos na Guatemala.

PARTE 2

LUTERO – QUEM ERA E O QUE PENSAVA

Lutero nasceu no dia 10 de novembro de 1483, há 516 anos, em Eislebem, na Alemanha. Nas palavras do historiador W. Walker, “é um dos homens de quem se pode dizer que sua obra alterou profundamente a história do mundo”. Para o Deão da Divinity School da Universidade de Chicago, Jerald Brauer, Lutero é “uma das três ou quatro maiores figuras da cristandade, talvez a maior figura profética no cristianismo ocidental pós-apostólico”. Roland Bainton, de Yale, autor de uma das melhores biografias modernas do reformador, vai além: “Lutero não é um indivíduo – ele é um fenômeno”.

Achamos por bem apresentar alguns traços de sua personalidade e algumas porções de seus ensinamentos aos leitores de **Ultimato**, sob a forma de perguntas e respostas para tornar a leitura menos cansativa e mais curiosa. As frases entre aspas significam que elas pertencem mesmo a Lutero. As demais, embora não sejam textualmente dele, estão plenamente de acordo com a veracidade histórica.

A DESCOBERTA DA BÍBLIA

Quando e em que circunstâncias começou o seu interesse pela Bíblia?

Fazia meu curso universitário em Erfurt quando, com a idade de 20 anos, descobri um exemplar da Bíblia, em latim, na biblioteca da escola. O primeiro trecho que eu li foi a história de Ana e Samuel. Até então julgava que a Bíblia continha apenas aquilo que era lido nas missas. A partir daí tornei-me um leitor assíduo da Escritura. Já como sacerdote e professor, na Universidade de Wittenberg, a partir de 1508, recebi a incumbência de interpretar a Bíblia. Aprofundei-me no conhecimento dela e foi através de meus estudos bíblicos que eu redescobri o evangelho primitivo como se encontra em o Novo Testamento.

A Bíblia é a Palavra de Deus?

“A Bíblia é a Palavra de Deus, escrita por inspiração do Espírito Santo; o Velho Testamento pelos santos profetas, e o Novo Testamento pelos santos evangelistas e apóstolos. A inspiração é o ato divino pelo qual Deus Espírito Santo soprou nas almas dos escritores da Bíblia os pensamentos que deviam escrever e bem assim as palavras exatas que deviam empregar”.

A afixação das 95 teses à porta da Igreja do Castelo e os acontecimentos posteriores têm alguma relação com esse seu apego à Bíblia?

Sim. Propugnei um retorno à Bíblia. Procurei demonstrar que a autoridade das Escrituras é maior que a da Igreja. Esta não é dona

da Bíblia, mas serva. A tradição da Igreja pode ser legítima, porém não infalível; por isso deve ser julgada pela Bíblia. Em outras palavras, preguei que a Palavra de Deus é regra de fé e prática.

O Doutor é a favor de se colocar a Bíblia nas mãos do povo?

Perfeitamente. Eu mesmo traduzi o Novo Testamento do texto grego e o Velho do texto hebraico para o alemão que todos entendem. Os 5 mil exemplares do Novo Testamento publicado em setembro de 1522, foram vendidos em três meses, de modo que em dezembro já saía uma nova edição. Muitas outras vieram depois. Tomávamos sempre o cuidado de eliminar erros tipográficos, corrigir erros de tradução ou substituir palavras por outras expressões mais convenientes. Melancthon, especialista em grego, e Aurogallus, especialista em hebraico, ajudaram-me muito nessas revisões.

O Doutor gosta do nome luterano dado especialmente aos alemães que abraçaram a Reforma?

“Peço que se silencie acerca de meu nome e ninguém se denomine luterano, mas, sim, cristão. Quem é Lutero? A doutrina não é minha e não fui crucificado por ninguém... E como poderia ser que eu, um pobre saco de estrume, tivesse meu nome, o qual nenhuma salvação encerra, dado aos filhos de Cristo? Não deve ser assim, terminemos com esses nomes partidários e denominemo-nos cristãos, pois possuímos a doutrina de Cristo”.

O Doutor não exagera quando se diz “um pobre saco de estrume?”

Não estou exagerando nem dando uma aparência de humildade. Na verdade “sou um pobre verme diante da justiça de Deus”, “sou um pobre servo do Senhor da igreja”, “sou um aluno das Sagradas Escrituras”. O pecador não tem valor em si mesmo, não tem nada para dar, carece totalmente da glória de Deus.

VIDA FAMILIAR

O Doutor é favorável ao celibato sacerdotal?

“Fazem apenas 400 anos que na Alemanha os sacerdotes foram compelidos à força a deixarem o matrimônio e fazerem voto de castidade. Todos se opuseram a isso com tamanha seriedade e rijeza, que um arcebispo de Mogúncia, o qual publicara o novo edito papal a respeito, quase foi morto no tumulto de uma revolta de todo o corpo sacerdotal. E aquela proibição logo no começo foi efetivada com tanta rapidez e impropriedade, que o papa, ao tempo, não só proibiu o matrimônio de sacerdotes para o futuro, mas ainda rompeu o casamento daqueles que havia muito já estavam nesse estado, o que não é contrário apenas a todo direito, divino, natural e civil, bem como aos cânones estabelecidos pelos próprios papas e aos mais renomados concílios”.

Uma vez desobrigado do voto do celibato sacerdotal, em vista de seu rompimento com Roma, como o Doutor encarou a ideia do matrimônio?

Aconselhei que os pastores se casassem. Os sacerdotes que aderiram à Reforma e tinham ligações com mulheres foram exortados a anunciar seu matrimônio com elas. Muitos se casaram com suas próprias cozinheiras, com as quais já viviam e das quais tinham filhos. Por esta razão, nem sempre a esposa pertencia à mesma classe social do marido.

E quanto ao Doutor?

Meus amigos sugeriram-me que eu também me casasse para quebrar o tabu e servir de exemplo. “Meus sentimentos não me pareciam levar a contrair matrimônio. E mesmo não tencionei casar porque esperava diariamente a morte e a punição por heresia”. Mas, em 12 de junho de 1525, liguei-me pelos laços do matrimônio a Catarina de Bora, da nobreza rural da Saxônia. Eu estava com 42 anos e ela, com 26. Catarina e mais oito freiras haviam fugido

do convento de Nimbsch e moravam em Wittenberg desde 1523. Ela era hóspede do pintor Lucas Cranach. Desde os 10 anos até os 24, minha mulher esteve enclausurada.

Que tal o novo estado?

“Não há ligação mais doce do que a de um matrimônio feliz e não há separação mais amarga do que a de um matrimônio feliz. A isto apenas corresponde a morte de uma criança. A dor que ela nos causa, eu próprio a experimentei. A maior dádiva de Deus é uma esposa piedosa, resoluta, temente a Deus e com dotes domésticos. Graças a Deus, tal me foi concedido. Eu a considero mais do que o reino da França ou o domínio dos venezianos. Minha Catarina me é mais útil do que eu ousara pensar.”

E os filhos?

“Os filhos constituem, no matrimônio, o penhor mais aprazível. Estabelecem e conservam o vínculo do amor”. Tivemos três meninas e três rapazes. Isabel faleceu com oito meses e Madalena, com 14 anos. Margarida veio a casar-se com o vice-governador Kuhnheim. Dos homens, João formou-se em Direito, Martinho é pastor, e Paulo, médico.

O casamento é para sempre?

“O matrimônio é a união vitalícia instituída por Deus e contraída, mediante esposais legítimos, entre um homem e uma mulher para uma só carne”.

Algumas pessoas que participam de seu lar em Wittenberg estão passando informações de suas conversas à mesa, no seio da família e no convívio com os numerosos estudantes que moram em sua casa. O Doutor não se preocupa com isso?

Em absoluto. Na verdade eu gosto muito de falar. Nossa casa sempre está cheia — uma tia de Catarina, vários parentes órfãos, estudantes, refugiados, ajudantes e criados moram conosco, como

família. À hora da refeição conversamos animadamente sobre problemas teológicos e as novidades mais corriqueiras do dia-a-dia. De vez em quando, recordo alguma experiência passada. Mas nada há para esconder. É tudo aberto e examinado à luz da Escritura.

FÉ E OBRAS

O Doutor foi acusado de corromper a moral cristã. O que diz sobre isso?

Nada mais falso. Os adversários, baseando-se na doutrina da justificação pela graça perdoadora de Deus, da qual me tornei pregador convicto e entusiasta, não entenderam ou deturpam meu ensino e diziam que eu tornara as boas obras desnecessárias e destituídas de significado, abrindo assim caminho para as más obras. Por outro lado, é provável que algumas pessoas imaturas tenham se valido desta interpretação errônea para se entregarem à devassidão. O que, todavia, a Palavra de Deus ensina e eu custei a descobrir é que “não podemos alcançar remissão dos pecados e justiça diante de Deus por mérito, obra e satisfação nossas, mas pela graça, por causa de Cristo, mediante a fé, quando cremos que Cristo padeceu e nos são dadas justiça e vida eterna”. A tremenda verdade da justificação pela fé diz nada mais nada menos que Deus “considera justo o homem que possui a justiça que Ele próprio, Deus, lhe oferece — a justiça de Cristo. Deus a oferece pelo Evangelho de Cristo e o homem a recebe e dela toma posse pela fé, ou seja, quando toma a sério a mensagem e crê na oferta e doação que Deus lhe está fazendo”. “Temos de guardar fielmente o artigo da justificação pela fé em todos os tempos por ser o artigo principal da doutrina cristã, pela qual a igreja de Cristo se distingue de toda religião falsa, sendo dada a glória somente a Deus e constante conforto ao pecador.”

Por que o homem não pode alcançar a salvação mediante as obras, por exemplo, da própria Lei de Deus?

“Porque desde a queda no pecado, o homem natural é de todo incapaz para guardar a Lei de Deus e o próprio cristão só a cumpre imperfeitamente”.

Então, para que serve a Lei?

“A Lei serve para um fim triplo. Em primeiro lugar, concorre para a manutenção da ordem e da honestidade exterior do mundo, impedindo de certa maneira o desenfreamento grosseiro do pecado. Neste caso a Lei é freio. Em segundo lugar, ensina de modo especial aos homens a reconhecerem verdadeiramente seus pecados. Neste caso a Lei é espelho. Em terceiro lugar, mostra ao regenerado quais são verdadeiramente as boas obras. Neste caso a Lei é norma”.

O Doutor poderia situar a fé e as obras na experiência religiosa do homem?

Vamos conceituar primeiro a boa obra. Boa obra é toda obra ordenada por Deus. Se for feita da fé, é boa; se for feita para granjear méritos, é má. “A mais nobre de todas as boas obras é crer em Cristo.” Ensinamos que “as boas obras devem e têm de ser feitas não para que nelas se confie a fim de merecer a graça, mas por amor de Deus e em seu louvor”. A fé, por sua vez, “é uma confiança viva e ousada na graça de Deus, tão segura, que nela o homem poderia morrer mil vezes. A fé nos torna alegres, ousados e bem dispostos diante de Deus e de todas as criaturas.” “Sempre é a fé que apreende a graça e o perdão de pecados. E visto que pela fé é dado o Espírito Santo, o coração também se torna apto para praticar boas obras, porque antes, enquanto está sem o Espírito Santo, é demasiadamente fraco. Além disso, está no poder do diabo, que impele a pobre natureza humana a muitos pecados, como vemos nos filósofos que se lançaram à empresa de viver vida honesta e irrepreensível e contudo não conseguiram realizá-lo, caindo em muitos pecados graves e manifestos. É o que acontece ao homem quando está sem a verdadeira fé e sem o Espírito Santo, e se governa apenas pela própria força humana. Sem a fé e sem Cristo, a natureza e a capacidade humanas são por demais frágeis para praticar boas obras, invocar a Deus, ter paciência no sofrimento, amar o próximo, exercer com diligência ofícios ordenados, ser obediente, evitar maus desejos etc. Tais

obras elevadas e autênticas não podem ser feitas sem o auxílio de Cristo, conforme Ele mesmo diz: ‘Sem mim nada podeis fazer’ (Jo 15.5).”

A vida cristã é estática ou dinâmica?

Não se deve “pensar que a vida de um cristão seja ficar quieto e descansar, mas estar a caminho e partir dos vícios à virtude, de clareza à clareza, de força à força”.

A oração é essencial à vida cristã?

“Como o sapateiro faz sapatos e o alfaiate faz roupas, assim deve o cristão orar. Ninguém crê quanto pode a oração senão aquele que o aprendeu pela experiência e o provou pessoalmente. É grande coisa alguém sentir o aperto e este obrigá-lo a recorrer à oração. Bem sei: todas as vezes que orei de coração, fui ricamente atendido e alcancei mais do que havia pedido. É verdade que por vezes Deus demorou um pouco, mas nem por isso deixou de me atender”.

O SEQUESTRO DE 1521

O sequestro mais curioso da história aconteceu no dia 3 de maio de 1521, precisamente há 492 anos. **Ultimato** apresenta um relato completo deste emocionante episódio do século XVI por meio de uma série de noticiários. Faça de conta que você mora na velha Europa e está acompanhando a notícia pela televisão.

NOTICIÁRIO DE 18 DE ABRIL DE 1521

O monge agostiniano de 38 anos, Martinho Lutero, ordenado em 1507, acusado de heresia, reafirma sua posição religiosa perante o mais poderoso imperador de seus dias, Carlos V, e

uma plateia de seis eleitores, 28 duques, 11 príncipes, 30 bispos e 5 mil espectadores. Isto aconteceu hoje à tarde em Worms, na Alemanha, entre Frankfurt e a fronteira com a França. Como resultado, a vida do conhecido, aplaudido e temível professor da Universidade de Wittenberg está em sério perigo.

NOTICIÁRIO DE 4 DE MAIO DE 1521

Ontem, ao sul da Alemanha, perto de Eisenach, terra natal de Bach, quando atravessava a Floresta da Turíngia, a carruagem em que viajava Martinho Lutero foi interceptada por cinco cavaleiros encapuzados e fortemente armados. O monge, que foi arrancado do carro e levado para lugar desconhecido, voltava da Dieta de Worms, do outro lado da Alemanha e estava a caminho de Wittenberg, via Erfurt, Weimar e Leipzig. Seus companheiros de viagem – um professor, um frade e um estudante – informaram que Lutero tinha consigo um salvo-conduto de regresso fornecido pelo próprio imperador, mas nada souberam explicar sobre o sequestro. Estavam cientes do perigo de vida que o amigo corria desde que começou a levantar sua voz contra o comércio das indulgências, há quase quatro anos. Naturalmente sua prisão e morte eram esperadas para qualquer hora, mas não enquanto durasse o salvo-conduto.

NOTICIÁRIO DE 15 DE JUNHO DE 1521

Faz hoje um ano que Lutero foi excomungado pelo Papa Leão X e 42 dias que desapareceu misteriosamente. O notável pintor Alberto Durer, de 50 anos, tem perguntado com frequência: “Se Lutero é morto, quem no futuro nos pregará o Evangelho?” Ele está tentando envolver Erasmo de Roterdã, ex-professor de teologia em Cambridge, de 55 anos, atualmente residindo em Basileia, na fronteira com a Suíça, na liderança do movimento “reformista”, na ausência de Lutero. Mas o autor do best-seller *O Elogio da Loucura*, de 1511, embora simpático aos reformadores, prefere não se

comprometer totalmente com eles. O representante papal na Dieta de Worms, Jerônimo Aleandro, de 41 anos, tido como o possível autor do atentado, nega a responsabilidade, mas declara que “ficaria muito grato a Deus se Lutero estivesse morto”. O mistério do sequestro permanece.

NOTICIÁRIO DE 31 DE OUTUBRO DE 1521

Lutero está fazendo falta em Wittenberg. Os acontecimentos ali estão tomando outro rumo. A liderança da Reforma acha-se nas mãos de André Bodenstein von Karlstadt, o mais velho de todos os antigos companheiros de Lutero (48 anos), homem impulsivo, radical e ousado demais, autor das 380 teses sobre a supremacia das Escrituras e a falibilidade dos concílios eclesiásticos, publicadas em 1518 para reforçar as teses contra a venda de indulgências afixadas numa das igrejas de Wittenberg, exatamente há quatro anos. Os outros líderes são, por ordem de idade, Nicolau von Amsdorf (38 anos), João Bugenhagen (36), Justo Jonas (28) e Filipe Melanchton (24). A situação é crítica. A Reforma corre o risco de se transformar em revolução e a ordem, em desordem. Não se tem nenhuma notícia precisa de Lutero. Mas já se desconfia de que ele está vivo, pois é possível encontrar e ler vários tratados de sua lavra, escritos em algum lugar secreto e publicados por George Spalatino, de 39 anos, um de seus maiores amigos.

NOTICIÁRIO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1521

Na celebração natalina de ontem em Wittenberg, Karlstadt não usou as vestes sacerdotais e distribuiu a comunhão nas duas espécies, como se fazia na igreja primitiva. Lutero ainda não foi localizado. Talvez alguns de seus amigos saibam onde ele se encontra, mas nada revelam. As cartas que Lutero lhes escreve são datadas de lugares fantasiosos: do “deserto”, da “região dos pássaros”, do “ar” ou da “ilha de Patmos”. Por toda a Alemanha circula seu livro Kirchenpostille, uma coleção de sermões para

os domingos e dias de festa, escrito para a edificação dos fiéis, depois de seu sequestro.

NOTICIÁRIO DE 26 DE FEVEREIRO DE 1522

Com a morte de Leão X em 1º de dezembro do ano passado, o holandês Adriano Floriszoonn acaba de ser eleito papa, com o nome de Adriano VI. Certos exageros estão prejudicando a reforma de Lutero. Além de cenas de ostensiva quebra-quebra de imagens, Wittenberg está recebendo a influência dos profetas de Zwickau – Nicolau Storch, Tomás Drechsel e Marcos Stubner –, ao sul da Alemanha, próxima à fronteira com a Tchecoslováquia. Eles pregam contra a organização eclesiástica, acreditam que Deus se revela também por visões e sonhos, e profetizam acerca do fim do mundo. Os sacerdotes estão abandonando o celibato e contraindo núpcias. Karlstadt casou-se no mês passado e Justo Jonas, agora em fevereiro.

NOTICIÁRIO DE 7 DE MARÇO DE 1522

Ontem Wittenberg foi tomada de grande surpresa e emoção. O cavaleiro que entrou na cidade com um saltério hebraico entre as mãos foi logo identificado: não era outro senão o próprio Lutero. A cidade inteira ficou sabendo que o sequestro fora obra do fundador da Universidade de Wittenberg, Frederico III, o Sábio, eleitor da Saxônia, atualmente com 59 anos. Protetor de Lutero desde 1511, Frederico providenciou o rapto de 3 de maio do ano passado para evitar que o reformador fosse morto. Lutero, com o nome de Cavaleiro Jorge, sem o hábito de monge, com barbas e cabelos crescidos, e uma espada à cintura, para não ser reconhecido, ficou hospedado no Castelo de Wartburg, perto de Eisenach, construído por volta do ano de 1070. Sem poder se expor, pôs-se a escrever diversos tratados. Seu maior trabalho, porém, foi a tradução do Novo Testamento para o alemão, baseando-se não no texto latino da Vulgata, mas no texto grego editado por

Erasmus em 1519. Apesar de usar papel e tinta inferiores, de não dispor de secretária, de ser obrigado a escolher um dos quase 200 dialetos da língua alemã, Lutero gastou apenas três meses nessa tradução. Os originais serão entregues ao editor Belchior Lotter, de Wittenberg, com a encomenda inicial de 5 mil exemplares. O pintor Lucas Cranach já se ofereceu para preparar as ilustrações.

NOTICIÁRIO DE 15 DE MARÇO DE 1522

Lutero encerrou ontem, em Wittenberg, uma série de pregações de oito dias. Pregou com rara felicidade. Mostrou que o Evangelho consiste no reconhecimento do pecado, no perdão por meio de Cristo e no amor ao próximo. O povo reconheceu sua autoridade e submeteu-se a sua liderança. Os profetas de Zwickau bateram em retirada. Desta maneira Lutero opôs-se não só aos romanistas, como sempre fez, mas também aos revolucionários, que andavam por demais rápidos. Embora por força do decreto de proscrição, assinado por Carlos V em maio do ano passado, qualquer pessoa do império possa prender Martinho Lutero e entregá-lo às autoridades, ninguém o tem molestado. A ordem de prisão não tem sido cumprida por quem quer que seja. Nem há o menor indício de que será executada. O valoroso reformador alemão gosta de dizer que “Deus é o nosso refúgio e fortaleza, socorro bem presente nas tribulações” (Sl 46.1). Ele tem toda razão!

AS TESES DE LUTERO

A palavra “tese” hoje é mais conhecida e mencionada quando se refere a trabalhos acadêmicos apresentados ao término de um curso de pós-graduação. Mas ela significa também a proposição que se expõe para, em caso de impugnação, ser defendida. A palavra vem do grego *thésis*, que significa literalmente o “ato de pôr” (*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*).

É nesse sentido que se deve entender as famosas 95 Teses de Lutero, que o reformador alemão, aos 34 anos, afixou à porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, na Alemanha, no dia 31 de outubro de 1517, dando início à denominada Reforma do Século XVI. Trata-se de uma coleção de 95 frases curtas, quase todas referentes às indulgências (meios pelos quais a Igreja Católica concedia remissão do castigo temporal). Para conhecer cada uma das 95 Teses de Lutero, leia o “Apêndice”.

Eis algumas das teses de Lutero:

“Quando o nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo disse: Fazei penitência etc (Mt 4.17), Ele quis que toda a vida dos fiéis fosse um só arrependimento” (tese n° 1).

“O papa não pode perdoar uma única culpa de pecado, senão declarar e confirmar que já foi perdoado por Deus” (n° 6).

“Esta cizânia de se transformar a pena canônica em penas do purgatório aparentemente foi semeada quando os bispos se achavam dormindo” (n° 11).

“Pregam futilidades humanas quantos afirmam que, tão logo a moeda soar, ao ser jogada na caixa, a alma se eleva do purgatório” (n° 27).

“Serão eternamente condenados, juntamente com seus mestres, aqueles que julgam obter certeza de sua salvação mediante breves (rescritos papalinos que contêm uma decisão de caráter particular) de indulgências” (no. 32).

“Todo e qualquer cristão verdadeiramente compungido tem pleno perdão da pena e da culpa, o qual lhe pertence mesmo sem breve de indulgência” (n° 36).

“Deve-se ensinar aos cristãos que, se o papa tivesse conhecimento das exações (cobranças rigorosas de dívida ou de impostos) dos pregadores de indulgência, preferiria ver a catedral de São Pedro ser reduzida a cinzas a ser edificada com a pele, a carne e os ossos de suas ovelhas” (n° 50).

“É vã a confiança de ser salvo mediante breves de indulgência, mesmo que o comissário papal, mesmo que o próprio papa empenhe sua alma como garantia” (n° 52).

“São inimigos da cruz de Cristo e do papa quantos, por causa da prédica de indulgências, mandam silenciar completamente a Palavra de Deus nas demais igrejas” (nº 52).

“O verdadeiro tesouro da Igreja é o santíssimo evangelho da glória e da graça de Deus (nº 62).

PARTE 3

PROTESTANTISMO: O QUE RESTOU DA REFORMA?

— ROBINSON CAVALCANTI —

Historiadores concordam com a importância da Reforma Religiosa do Século 16 para os rumos da cristandade e de suas implicações sociais, políticas, econômicas e culturais. A afixação das 95 teses por Lutero em 31 de outubro de 1517 e a ênfase na autoridade das Sagradas Escrituras, na salvação somente pela graça, mediante a fé em Jesus Cristo, afetaram profundamente a história da Igreja. Movimentos como o puritanismo, o pietismo, o avivalismo e as missões mundiais foram desdobramentos. Seus valores concorreram para o desenvolvimento de muitos países. Mas quando olhamos hoje para a maioria deles, como Grã-Bretanha, Alemanha, Canadá e Austrália, ficamos chocados com a reduzida frequência aos templos, numa média de 3% a 5% dos membros,

com a sociedade agressivamente secularizada e a maioria das igrejas em declínio. Como pano de fundo, encontramos primeiro o liberalismo moderno, racionalista, sem verdades, mistérios, conversões, poder ou milagres.

A Reforma havia baseado sua autoridade em um livro visto como sagrado, a Bíblia, e fragilizando as instituições. O Livro, a partir do Iluminismo e com a Crítica de Forma na Teologia, foi violentamente contestado. Sem a autoridade da Bíblia não havia instituições legitimadoras para definir a verdade. A reação fundamentalista, logo descaracterizada, antiintelectual e sectária, constituiu-se em uma resposta inadequada. Por sua vez, o “livre exame”, como acesso universal dos crentes às Escrituras, foi desvirtuado por uma “livre interpretação”, que fragmenta, agravada pela “livre iniciativa” do denominacionalismo norte-americano, resultando em mais de 25.000 “denominações”; um escândalo e um pecado, compensados, retoricamente, pela eclesiologia neoplatônica da “unidade da igreja invisível”.

A cultura pós-moderna, com seu liberalismo revisionista, descrente de toda verdade, doutrina ou valores – absolutamente relativista –, somente tende a agravar essa tragédia hegemônica no protestantismo dos países desenvolvidos, já exportada para nós, os povos periféricos, e fazendo os seus estragos por aqui. Sem a valorização da história (pré e pós-Reforma), e absorvendo usos e costumes das diversas culturas em que nos inserimos, vamos nos tornando uma pálida imagem da Reforma, que, com frequência, vem resvalando para um retorno à mentalidade medieval, como com a “batalha espiritual” e a “teologia da prosperidade”, em um fenômeno de massas emergentes: o neo(pós)pentecostalismo. Chamá-lo de protestante se constitui em uma temeridade, pois seria um desrespeito à memória dos reformadores. Apesar de tudo isso, particularmente no hemisfério sul, as igrejas protestantes continuam crescendo (ou inchando?), umas mais, outras menos, algumas já demonstrando sinais de estagnação, apelando para qualquer método, sem critérios, para sair do marasmo.

Desaparecendo no hemisfério norte, crescendo fragmentado e desordenadamente no hemisfério sul, com as novas (superficiais) gerações não ensinadas sobre a sua história e doutrina, podemos

ainda chamar esse fenômeno religioso de protestantismo? Podemos denominá-lo como algo esgotado ou apenas carente de uma nova reforma, com um retorno, atualizante, às suas origens? Com esse presente — sem passado e sem identidade —, qual será o seu futuro? O Senhor da Reforma, em sua providência, poderá outra vez reformá-la.

ROBINSON CAVALCANTI foi colunista da revista **Ultimato** durante 27 anos, até a sua morte, em fevereiro de 2011. Cientista político e bispo da Igreja Episcopal Anglicana do Recife. É autor de, entre outros, *A Igreja, o País e o Mundo*, *A Utopia Possível* e *Cristianismo e Política*.

O DIA DA REFORMA E O SACERDÓCIO DE TODOS OS CRENTES

RENÉ PADILLA

TRADUZIDO POR HANS UDO FUCHS

Para muitos estudiosos da Reforma Protestante do século XVI, as ênfases centrais desse movimento foram cinco: só Cristo (*solus Christus*), só a Bíblia (*sola Scriptura*), só a graça (*sola gratia*), só a fé (*sola fide*) e só a glória de Deus (*solus Deo gloria*). Todavia, há boa base para afirmar que, além dessas ênfases fundamentais, os reformadores também reservaram um lugar de destaque para uma doutrina que (por razões que daremos mais adiante) poderia ser considerada a “cinderela” tanto da Reforma clássica como do movimento evangélico no tempo presente. Refiro-me à doutrina do sacerdócio de todos os crentes, também chamado de sacerdócio universal ou comum.

Quando Martinho Lutero lançou seu desafio de reforma da Igreja Católica Romana, ele não o fez animado por um espírito de inovação ou rebeldia, mas movido por convicções enraizadas na Palavra de Deus. Na doutrina da justificação pela fé ele encontrou a base para a solidariedade inalterável dos cristãos entre si, que tornava impossível a divisão tradicional entre “eclesiásticos” (o clero) e “seculares” (os leigos). Parafraçando Gálatas 3.28: “Não existe nem sacerdote nem leigo, pároco nem vigário, ricos nem pobres, beneditinos, espiritanos, freis menores nem agostinianos, porque não está em questão ter este ou aquele estado, grau ou ordem.” Em seus memoráveis tratados de 1520, o famoso reformador elabora esse conceito com uma orientação predominantemente cristológica. Ele alega que Cristo é nosso irmão maior, e que todos os cristãos participam da glória e da dignidade que correspondem a essa relação como reis e sacerdotes com Cristo. Todo cristão é sacerdote pelo simples fato de ser cristão. Ele escreve:

Um sapateiro, um ferreiro ou um lavrador têm cada um a função e a obra de seu ofício. Não obstante, todos são igualmente sacerdotes e bispos ordenados, cada um com sua função ou obra útil para o serviço do outro, de modo que as várias obras estão voltadas para a comunidade, para favorecer o corpo e a alma, assim como os membros do corpo físico servem todos uns aos outros.

A conclusão é que todo cristão tem um “serviço sacrificial”, que não é a missa (já que a missa não inclui o oferecimento de um sacrifício), mas um ofício por meio do qual ele expressa seu louvor e obediência a Deus. O cristão tem, além disso, um ministério de intercessão e o “poder de apontar e julgar o que é correto e incorreto na fé”. Lutero não nega o papel que desempenha o ministério de administração e ensino dentro da igreja. Contudo, ele afirma que a única autoridade que os pastores e mestres têm é a que deriva da Palavra de Deus e que, em consequência, todo cristão tem a capacidade de julgar segundo as Escrituras e de rejeitar todo ensino que contradiz o que as Escrituras ensinam. Ele argumenta:

Se Deus falou contra um profeta por meio de um burro, por que não pode falar contra o papa por meio de um homem bom?

Paulo repreendeu Pedro por estar equivocado. Disso se conclui que cabe a todo cristão preocupar-se com a fé, entendê-la e defendê-la, e condenar todos os erros.

A mesma doutrina do sacerdócio de todos os crentes tem lugar na obra monumental de João Calvino, as Institutas da religião cristã, e em outras obras dos reformadores. A Reforma não foi apenas a redescoberta de que “o justo viverá pela fé”, que resume um aspecto central do ensino evangélico sobre a salvação, relacionado com as cinco ênfases da Reforma mencionadas acima. Ela foi também um retorno ao início de uma eclesiologia enraizada na obra de Jesus Cristo, que, por amor, “fez de nós um reino de sacerdotes a fim de servirmos ao sei Deus e Pai” (Ap 1.6).

Desse ponto de vista, não se faz justiça aos reformadores quando se entende que sua motivação foi colocar “por cima da igreja e sua tradição, sua interpretação pessoal e subjetiva das Escrituras”, como afirma Hans Kung. A intenção que motivou os reformadores foi, antes, colocar a igreja sob o juízo da Palavra de Deus, chamá-la de volta das tradições humanas para a liberdade do evangelho.

Cabe acrescentar, no entanto, que a Reforma clássica ficou aquém das expectativas no que tange às consequências práticas do sacerdócio de todos os crentes para a vida e missão da igreja. Como John Yoder assinalou, “a maior parte da reflexão protestante sobre o sacerdócio de todos os crentes não resultou em estruturas para implementar a visão apostólica de que cada membro da igreja tem seu dom ministerial”. Em termos concretos, nas igrejas protestantes em geral prevaleceu a dicotomia entre os clérigos que exercem seu dom ministerial e os leigos que nem conhecem seus dons ministeriais nem se preocupam em descobri-los e exercê-los para o bem comum, em conformidade com o ensino bíblico (ver especialmente 1Co 12.1-31 e Rm 12.3-8). É a expressão eclesiástica da dicotomia entre o sagrado e o secular que leva a uma distorção lamentável do cristianismo, especialmente no que diz respeito à ética.

No contexto latino-americano, o movimento das comunidades eclesiais de base foi uma tentativa valiosa de recuperar uma

eclesiologia enraizada no Novo Testamento, uma eclesiologia que superou a dicotomia entre clero e leigos e recuperou a dimensão essencialmente comunitária da igreja. Leonardo Boff entendeu essa mudança como uma eclesiogênese, um novo nascimento da igreja. Sem voltas nem rodeios, ele afirmou que “as comunidades de base reinventam a igreja”. Elas a reinventam, segundo o famoso teólogo, não como “expansão do sistema eclesiástico vigente, assentado sobre o eixo sacramental e clerical”, mas como “uma forma diferente de ser igreja, baseada sobre o eixo da Palavra e do leigo”, ou seja, sobre o mesmo eixo que os reformadores propuseram como base para o sacerdócio de todos os crentes. Não é de surpreender, portanto, que várias das características da igreja, segundo a “nova eclesiologia” que Boff descreve, coincidam em termos gerais com as da igreja com que sonhavam os reformadores:

- Igreja - povo de Deus;
- Igreja em que os leigos são “verdadeiros criadores da realidade eclesial, do testemunho comunitário, da organização e da responsabilidade missionária”;
- Igreja como “koinonia de poder”, “contrária ao princípio de monopolização do poder nas mãos de um corpo de especialistas, por cima e por fora da comunidade”;
- Igreja em que “toda a comunidade é ministerial, não só alguns dos seus membros; dessa forma supera-se a rigidez do trabalho religioso: hierarquia/direção, laicato/execução”;
- Igreja de diáspora que se faz presente na sociedade civil, “disseminada dentro do tecido social”, gerando “uma mística de ajuda mútua”;
- Igreja libertadora, “porta de entrada (do ponto de vista do povo) para a política como compromisso e prática em busca do bem comum e da justiça social”;
- Igreja que “prolonga a grande tradição”, de Jesus, dos apóstolos e das primeiras comunidades cristãs, que tem como eixo articu-

lador “a Palavra de Deus ouvida e lida no contexto dos seus problemas, a execução das tarefas comunitárias, a ajuda mútua e as celebrações”;

– Igreja que “constitui a unidade a partir da missão libertadora”, não a partir de um governo hierárquico, um “poder centralizador [...] que chega a expropriar o povo cristão de todas as formas de participação decisória”;

– Igreja com uma nova compreensão da sua universalidade, universalidade esta que leva a sério as causas universais, como “a libertação econômica, social e política que abre a perspectiva para uma libertação plena no reino de Deus”;

– Igreja “toda ela apostólica”, já que “todo enviado (e todo batizado recebe a tarefa de anunciar e testemunhar a novidade de Deus em Jesus Cristo) é um apóstolo e continua o envio dos primeiros doze apóstolos”.

Lamentavelmente, o próprio Vaticano se encarregou de criar obstáculos e, finalmente, de impedir o crescimento de um movimento que tinha o potencial de injetar vida nova na Igreja Católica Romana.

Cabe acrescentar, no entanto, que é igualmente lamentável o crescimento atual do clericalismo em círculos evangélicos na América Latina e em outras regiões do mundo, com o surgimento de pastores e apóstolos que monopolizam o poder e desconhecem a liderança de serviço. Quanta falta faz uma nova Reforma, que torne possível uma eclesiogênese evangélica que tenha como eixo a Palavra de Deus e o laicato, e reconheça em termos práticos a importância do sacerdócio de todos os crentes para a vida e missão da igreja!

RENÉ PADILLA é fundador e presidente da Rede Miqueias, e membro-fundador da Fraternidade Teológica Latino-Americana e da Fundação Kairós. É autor de *O Que É Missão Integral?* e colunista da revista *Ultimato*.

A REFORMA E A MISSÃO

RONALDO LIDÓRIO

Após participar de um encontro de igrejas no nordeste da França tive a oportunidade de dar uma palavra também aos adolescentes de uma escola cristã. Na entrada da escola a réplica de um mapa de 1573 chamou a minha atenção. Era o mapa do império francês do fim do século 16 com centenas e centenas de marcas, em forma de uma cruz, espalhadas por toda a sua extensão. O diretor da escola se aproximou explicando que as marcas indicavam a localização de cada escola cristã na França da época, cerca de duas mil! Com voz melancólica completou que “hoje não passam de vinte”. A forte presença de escolas cristãs era um resultado direto da Reforma Protestante sob a influência

de Lutero, Calvino, Zwinglio, Farel e Knox que defendiam a pregação da Palavra, uma escola cristã em cada igreja cristã e um culto centrado em Cristo e não na Igreja.

A Reforma Protestante - desencadeada com as 95 teses de Lutero divulgadas em 31 de outubro de 1517 - foi, sobretudo, eclesiástica em um momento que todos os olhares se voltavam para a reestruturação daquilo que a Igreja cria e vivia. Renasceram assim os dogmas evangélicos.

A *Sola Scriptura* defendia uma Igreja centrada nas Escrituras, Palavra de Deus; a *Sola Gratia* reconhecia a salvação e vida cristã fundamentadas na Graça do Senhor e não nas obras humanas; a *Sola Fide* evocava a fé e o compromisso de fidelidade com o Senhor Jesus; a *Solus Christus* anunciava que o próprio Cristo estava construindo Sua Igreja na terra sendo seu único Senhor e a *Soli Deo Gloria* enfatizava que a finalidade maior da Igreja era glorificar a Deus.

A missão da Igreja, sua *Vox Clamantis*, não fez parte dos temas defendidos e pregados na Reforma Protestante de forma direta. Isso por um motivo óbvio: os reformadores possuíam em suas mãos o grande desafio de reconduzir a Igreja à Palavra de Deus e, assim, todos os escritos e esforços foram revestidos por uma forte convicção eclesiológica e sem preocupação imediata com a missiologia. Isso não dilui, entretanto, a profunda ligação entre a reforma e a missão como veremos a seguir.

A REFORMA E AS ESCRITURAS NA LÍNGUA DO POVO

A Reforma levou a Igreja a crer que o curso de sua vida e razão de existir deveriam ser conduzidos pela Palavra de Deus, submetendo o próprio sacerdócio a esse crivo bíblico. Foi justamente essa ênfase escriturística que despertou Lutero para a tradução da Palavra na língua do povo e inspirou posteriormente centenas de traduções populares em diversos idiomas, fomentando movimentos como a *Wycliffe Bible Translators* com a visão da tradução das Escrituras para todas as línguas entre todos os povos da terra.

Hoje contamos com a Palavra do Senhor traduzida para mais de duas mil línguas vivas. João Calvino enfatizava que “... onde quer que vejamos a Palavra de Deus pregada e ouvida em toda a sua pureza... não há dúvida de que existe uma igreja de Deus”. O grande esforço missionário para a tradução bíblica resulta diretamente deste conceito resgatado na Reforma Protestante.

A REFORMA E O CULTO PARTICIPATIVO

A Reforma reavivou o culto em que todos os salvos, e não apenas o sacerdote, podem louvar e buscar a Deus. E Lutero, como uma de suas primeiras atitudes, colocou em linguagem comum os hinos entoados nos cultos. Esta convicção de que é possível ao homem comum louvar a Deus incorporou na Igreja pós-reforma o pensamento multiétnico através do qual “o desejo de levar o culto a todos os homens”, como disse Zuínglio, não demorou a ressoar na Igreja, culminando com o envio de missionários para o Ceilão pela igreja Reformada holandesa no século 17. Isso, então, disparou um progressivo envio missionário e expansão da fé Cristã nos séculos que viriam.

Um culto vivo ao Deus vivo foi um dos pressupostos reformados que induziu a obra missionária a levar esse culto a todos os homens transpondo barreiras linguísticas, culturais e geográficas.

A REFORMA E A EXPANSÃO DA FÉ CRISTÃ

A Reforma destacou a Glória de Deus como motivo de existência da Igreja e isso definiu o curso de todo o movimento missionário pós-reforma no qual o estandarte de Cristo, e não da Igreja, era levado com a Palavra proclamada entre outros povos. Os morávios já testificavam sobre isto, no século 18, quando o conde Zinzendorf, ao ser questionado sobre seu real motivo para tão expressivo e sacrificial movimento missionário, respondeu: “estamos indo buscar para o Cordeiro o galardão do Seu sacrifício”. John Knox, na segunda metade do século 16, escreveu que, como resultado

da Reforma, o Evangelho era exposto em toda parte, perto e longe. O centro das atenções, portanto, era Cristo e nascia ali um modelo cristocêntrico de pregação do Evangelho que marcaria o curso da história missionária nos séculos posteriores.

A Reforma Protestante passou a Igreja pelo crivo da Palavra e isto revelou a nossa identidade bíblica segundo o coração de Deus. Seguindo o esboço da eclesiologia reformada, poderemos concluir que somos uma comunidade chamada e salva pelo Senhor e com uma finalidade na terra. Zwinglio, logo após manifestar sua intenção de passar a pregar apenas sermões expositivos, em janeiro de 1519 afirmou em sua primeira prédica que “a salvação põe sobre nós a responsabilidade de obediência”. Não era suficiente apenas ouvir e compreender. Era preciso obedecer e seguir.

A REFORMA E A MOTIVAÇÃO PARA O SERVIÇO E A MISSÃO

A Reforma também destacou o assunto do nosso propósito de vida e elucidou que a finalidade maior da nossa existência não é servir à Igreja ou a nós mesmos. A exposição de Calvino da carta aos Romanos, com especial destaque no último capítulo, deixa bem clara a evidência bíblica e convicção reformada de que vivemos e trabalhamos para a glória de Deus. A obra missionária, assim, passou a ser realizada não para expandir uma instituição, uma ideia ou um clero, mas para glorificar ao Supremo Criador e esta foi uma das grandes contribuições da Reforma para a missiologia protestante e para as ações missionárias.

Em Romanos 16, versos 25 a 27, lemos: “Ora, àquele que é poderoso para vos confirmar segundo o meu Evangelho” (fala de Deus), “conforme a revelação do mistério” (o “mistério” é o Messias prometido a todos os povos), “e foi dado a conhecer por meio das Escrituras Proféticas” (aponta para o meio de revelação), “segundo o mandamento do Deus eterno” (aponta para o desejo fomentador da nossa salvação), “para a obediência por fé” (aponta para o meio de salvação), “entre todas as nações” (esta é a extensão do plano salvífico de Deus).

Que lindo texto! Nele, Paulo resume a teologia da missão e expõe o propósito de Deus em resgatar pessoas de perto e de longe, em Cristo Jesus.

Mas qual o motivo maior para esse plano divino que visa a redenção de todos os povos? Ele completa no verso 27: “Ao Deus único e sábio seja dada glória ...”. É a glória de Deus! E esse é também o maior e mais importante motivo para nos envolvermos com o propósito de fazer Jesus conhecido até a última fronteira do país mais distante, ou da família na casa vizinha.

Martinho Lutero, em um sermão expositivo em 1513, baseado no Salmo 91, afirmou que “a glória de Deus precede a glória da igreja”. É momento de renovar nosso compromisso com as Escrituras, reconhecer que existimos como Igreja pela graça de Deus, orar ardentemente por fidelidade de vidas e entender que o próprio Jesus está construindo a Sua igreja na terra.

A REFORMA E A BUSCA POR UM CORAÇÃO PRONTO E SINCERO

O símbolo de Calvino passou a ser um coração seguro por uma mão e apresentado bem alto. Ao redor, escrito em latim, se lia *Cor Meum Tibi Offero Domine Prompte et Sincere* – “meu coração a ti ofereço Senhor, pronto e sincero”. Calvino, usado por Deus em sua geração e tantas outras entendia que, além de todo o conhecimento teológico e humano, havia a grave necessidade de um coração quebrantado e pronto.

John Knox, na busca por um coração aquecido e avivado no Senhor Jesus proclamava que a ponte entre o conhecimento e a transformação era o quebrantamento. Dizia em outras palavras que, sem um coração quebrantado, nenhum conhecimento teológico ou humano produziria uma vida transformada.

Concluo citando uma vez mais as palavras do reformador Lutero no livro *Glory to Glory* em que ele nos ensina a dar passos e nos mostra que nossa vida em Cristo, como também a nossa missão na terra, são uma caminhada.

“Esta vida, portanto, não é justiça, mas crescimento em justiça. Não é saúde, mas cura. Não é ser, mas se tornar. Não é descansar,

mas exercitar. Ainda não somos o que seremos, mas estamos crescendo nesta direção. O processo ainda não está terminado, mas vai prosseguindo. Não é o final, mas é a estrada. Todas as coisas ainda não brilham em glória, mas todas as coisas vão sendo purificadas”.

Que o Senhor nos quebrante, converta, abençoe e use para a Sua glória.

RONALDO LIDÓRIO é doutor em antropologia e missionário da Agência Presbiteriana de Missões Transculturais e da Missão AMEM. É organizador de *Índigenas do Brasil — avaliando a missão da igreja e A Questão Indígena — Uma Luta Desigual*.

A REFORMA PROTESTANTE AINDA NOS AJUDA HOJE?

MARTIN WEINGAERTNER

Quem já observou um pedreiro assentar tijolos certamente o viu usar um prumo. Ainda que antiquíssima, esta ferramenta não fica devendo a equipamentos sofisticados: não precisa de pilha para funcionar; é fácil de manusear e revela com precisão o que está fora de prumo!

Quando Deus o chamou, o profeta Amós viu que “o Senhor, com um prumo na mão, estava junto a um muro construído no rigor do prumo. E o Senhor me perguntou: ‘O que você está vendo, Amós?’ ‘Um prumo’, respondi. Então disse o Senhor: ‘Veja! Estou pondo um prumo no meio de Israel, o meu povo; não vou poupá-lo mais. Os altares

idólatras de Isaque serão destruídos e os santuários de Israel ficarão em ruínas” (Am 7.7ss.).

Um prumo na mão de um pedreiro descreve com precisão como Deus agiu e continua agindo com o seu povo! Ele criou a humanidade para viver apumada. O “*muro construído no rigor do prumo*” alude ao fato de sermos criados à “*imagem de Deus*” (Gn 1.27). Mas ao encostar seu prumo na nossa vida fica evidente que ela está fora de prumo: não somos o que deveríamos ser!

INSTRUMENTOS DE DEUS EM SEU TEMPO

No século 16 Deus encostou seu prumo, as *Sagradas Escrituras*, na igreja. Seus instrumentos foram um monge alemão que lecionava na universidade provinciana (Lutero), um padre suíço duma cidade de médio porte (Zwinglio), um jovem acadêmico francês (Calvino). Estes homens anunciaram o que perceberam em púlpitos e cátedras, assembleias e tribunais, bem como em panfletos e livros.

Eles sabiam que a validade dum prumo não expira, que a palavra de Deus continua válida e revela o que está apumado diante dele e o que não! Sabiam também que um prumo funciona de cima para baixo! A posição da peça de madeira no alto determina a posição da de metal em baixo. Assim as Escrituras Sagradas são instrumento do Altíssimo e manifestavam sua vontade entre nós. Jesus criticou os saduceus, porque eles – apesar de sacerdotes (!) – desconheciam “*as Escrituras*” e “*o poder de Deus!*” (Mt 22.29; Mc 12.24). Ao redescobrirem o evangelho os reformadores reconheceram que o *poder* do Criador age pela *Escritura* para apumar nossa vida! Por isto não se cansaram de estudá-la e interpretá-la.

NOSSO AMBIENTE É OUTRO

Vivemos num mundo deveras diferente do de Lutero, Zwinglio e Calvino. Talvez você lembre o desenvolvimento tecnológico.

Sim, eles viajavam em carroças, nós em automóveis e aviões; escreviam com penas de ganso, nós digitamos num tablet; eles se relacionavam olho no olho, nós, pelo Facebook; etc..

Ainda que isto molde nossa vida cotidiana, a maior diferença para o tempo da Reforma é que, então, se vivia numa cultura cristã homogênea, enquanto que hoje vivemos num ambiente pluralista e pós-cristão. Quando recorriam às Escrituras Sagradas, os reformadores não precisavam convencer seus contemporâneos da sua autoridade. Nós, no entanto, não podemos mais pressupor que as pessoas à nossa volta a reconheçam. Vivemos em meio a um ferrenho concurso de verdades e convicções.

Por isto não basta repetir os reformadores, mas devemos aprender deles a atentar para o prumo de Deus a fim de anunciar ao nosso tempo o que Deus está revelando. Os reformadores podiam pressupor que seus contemporâneos entendiam sua vida e o mundo baseados na cosmovisão cristã. Nós precisamos aprender a articular com clareza como encaramos a vida e o mundo e que diferença isto faz em relação a outras propostas. Quem não conhece o Deus da Bíblia precisa desta oportunidade.

Quando ele encosta seu prumo em nós, fica evidente o que não está apumado. É assustador perceber quanta resistência há em nós, mas é revigorante poder admitir a ajuda de Jesus Cristo. Ele *“agiu para consertar as coisas nesta vida de contradições com a qual quero servir a Deus de todo coração e mente, mas sou puxado pela influência do pecado, e acabo fazendo algo que não desejo”* (Rm 7.25 - A Mensagem). O mesmo poder do Espírito de Deus que atuou nos profetas e na Reforma Protestante, nos ajudará a crer nele e a obedecer hoje.

MARTIN WEINGAERTNER, nascido em Santa Catarina (1949), é diretor da Faculdade de Teologia Evangélica em Curitiba (FATEV) e editor do devocionário *Orando em Família*. Seu casamento com Ursula foi abençoado com 5 filhos e 8 netos.

APÊNDICE

AS 95 TESES

DEBATE PARA O ESCLARECIMENTO do valor das indulgências
pelo Dr. Martim Lutero, 1517

Por amor à verdade e no empenho de elucidá-la, discutir-se-á o seguinte em Wittenberg, sob a presidência do reverendo padre Martim Lutero, mestre de Artes e de Santa Teologia e professor catedrático desta última, naquela localidade. Por esta razão, ele solicita que os que não puderem estar presentes e debater conosco oralmente o façam por escrito, mesmo que ausentes. Em nome do nosso Senhor Jesus Cristo. Amém.

1. Ao dizer: Fazei penitência, etc. [Mt 4.17], o nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo quis que toda a vida dos fiéis fosse penitência.
2. Esta penitência não pode ser entendida como penitência sacramental (isto é, da confissão e satisfação celebrada pelo ministério dos sacerdotes).
3. No entanto, ela não se refere apenas a uma penitência interior; sim, a penitência interior seria nula, se, externamente, não produzisse toda sorte de mortificação da carne.
4. Por conseqüência, a pena perdura enquanto persiste o ódio de si mesmo (isto é a verdadeira penitência interior), ou seja, até a entrada do reino dos céus.
5. O papa não quer nem pode dispensar de quaisquer penas senão daquelas que impôs por decisão própria ou dos cânones.
6. O papa não pode remitir culpa alguma senão declarando e confirmando que ela foi perdoada por Deus, ou, sem dúvida, remetindo-a nos casos reservados para si; se estes forem desprezados, a culpa permanecerá por inteiro.
7. Deus não perdoa a culpa de qualquer pessoa sem, ao mesmo tempo, sujeitá-la, em tudo humilhada, ao sacerdote, seu vigário.
8. Os cânones penitenciais são impostos apenas aos vivos; segundo os mesmos cânones, nada deve ser imposto aos moribundos.
9. Por isso, o Espírito Santo nos beneficia através do papa quando este, em seus decretos, sempre exclui a circunstância da morte e da necessidade.
10. Agem mal e sem conhecimento de causa aqueles sacerdotes que reservam aos moribundos penitências canônicas para o purgatório.

11. Essa erva daninha de transformar a pena canônica em pena do purgatório parece ter sido semeada enquanto os bispos certamente dormiam.
12. Antigamente se impunham as penas canônicas não depois, mas antes da absolvição, como verificação da verdadeira contrição.
13. Através da morte, os moribundos pagam tudo e já estão mortos para as leis canônicas, tendo, por direito, isenção das mesmas.
14. Saúde ou amor imperfeito no moribundo necessariamente traz consigo grande temor, e tanto mais, quanto menor for o amor.
15. Este temor e horror por si sós já bastam (para não falar de outras coisas) para produzir a pena do purgatório, uma vez que estão próximos do horror do desespero.
16. Inferno, purgatório e céu parecem diferir da mesma forma que o desespero, o semidesespero e a segurança.
17. Parece desnecessário, para as almas no purgatório, que o horror diminua na medida em que cresce o amor.
18. Parece não ter sido provado, nem por meio de argumentos racionais nem da Escritura, que elas se encontram fora do estado de mérito ou de crescimento no amor.
19. Também parece não ter sido provado que as almas no purgatório estejam certas de sua bem-aventurança, ao menos não todas, mesmo que nós, de nossa parte, tenhamos plena certeza.
20. Portanto, sob remissão plena de todas as penas, o papa não entende simplesmente todas, mas somente aquelas que ele mesmo impôs.

21. Erram, portanto, os pregadores de indulgências que afirmam que a pessoa é absolvida de toda pena e salva pelas indulgências do papa.
22. Com efeito, ele não dispensa as almas no purgatório de uma única pena que, segundo os cânones, elas deveriam ter pago nesta vida.
23. Se é que se pode dar algum perdão de todas as penas a alguém, ele, certamente, só é dado aos mais perfeitos, isto é, pouquíssimos.
24. Por isso, a maior parte do povo está sendo necessariamente ludibriada por essa magnífica e indistinta promessa de absolvição da pena.
25. O mesmo poder que o papa tem sobre o purgatório de modo geral, qualquer bispo e cura tem em sua diocese e paróquia em particular.
26. O papa faz muito bem ao dar remissão às almas não pelo poder das chaves (que ele não tem), mas por meio de intercessão.
27. Pregam doutrina humana os que dizem que, tão logo tilintar a moeda lançada na caixa, a alma sairá voando [do purgatório para o céu].
28. Certo é que, ao tilintar a moeda na caixa, podem aumentar o lucro e a cobiça; a intercessão da Igreja, porém, depende apenas da vontade de Deus.
29. E quem é que sabe se todas as almas no purgatório querem ser resgatadas? Dizem que este não foi o caso com S. Severino e S. Pascoal.
30. Ninguém tem certeza da veracidade de sua contrição, muito menos de haver conseguido plena remissão.
31. Tão raro como quem é penitente de verdade é quem adquire autenticamente as indulgências, ou seja, é raríssimo.

32. Serão condenados em eternidade, juntamente com seus mestres, aqueles que se julgam seguros de sua salvação através de carta de indulgência.
33. Deve-se ter muita cautela com aqueles que dizem serem as indulgências do papa aquela inestimável dádiva de Deus através da qual a pessoa é reconciliada com Deus.
34. Pois aquelas graças das indulgências se referem somente às penas de satisfação sacramental, determinadas por seres humanos.
35. Não pregam cristãmente os que ensinam não ser necessária a contrição àqueles que querem resgatar ou adquirir breves confessionais.
36. Qualquer cristão verdadeiramente arrependido tem direito à remissão pela de pena e culpa, mesmo sem carta de indulgência.
37. Qualquer cristão verdadeiro, seja vivo, seja morto, tem participação em todos os bens de Cristo e da Igreja, por dádiva de Deus, mesmo sem carta de indulgência.
38. Mesmo assim, a remissão e participação do papa de forma alguma devem ser desprezadas, porque (como disse) constituem declaração do perdão divino.
39. Até mesmo para os mais doutos teólogos é difícil exaltar perante o povo ao mesmo tempo, a liberdade das indulgências e a verdadeira contrição.
40. A verdadeira contrição procura e ama as penas, ao passo que a abundância das indulgências as afrouxa e faz odiá-las, pelo menos dando ocasião para tanto.
41. Deve-se pregar com muita cautela sobre as indulgências apostólicas, para que o povo não as julgue erroneamente como preferíveis às demais boas obras do amor.
42. Deve-se ensinar aos cristãos que não é pensamento do papa que a compra de indulgências possa, de alguma forma, ser comparada com as obras de misericórdia.

43. Deve-se ensinar aos cristãos que, dando ao pobre ou emprestando ao necessitado, procedem melhor do que se comprassem indulgências.
44. Ocorre que através da obra de amor cresce o amor e a pessoa se torna melhor, ao passo que com as indulgências ela não se torna melhor, mas apenas mais livre da pena.
45. Deve-se ensinar aos cristãos que quem vê um carente e o negligência para gastar com indulgências obtém para si não as indulgências do papa, mas a ira de Deus.
46. Deve-se ensinar aos cristãos que, se não tiverem bens em abundância, devem conservar o que é necessário para sua casa e de forma alguma desperdiçar dinheiro com indulgência.
47. Deve-se ensinar aos cristãos que a compra de indulgências é livre e não constitui obrigação.
48. Deve-se ensinar aos cristãos que, ao conceder indulgências, o papa, assim como mais necessita, da mesma forma mais deseja uma oração devota a seu favor do que o dinheiro que se está pronto a pagar.
49. Deve-se ensinar aos cristãos que as indulgências do papa são úteis se não depositam sua confiança nelas, porém, extremamente prejudiciais se perdem o temor de Deus por causa delas.
50. Deve-se ensinar aos cristãos que, se o papa soubesse das exações dos pregadores de indulgências, preferiria reduzir a cinzas a Basílica de S. Pedro a edificá-la com a pele, a carne e os ossos de suas ovelhas.
51. Deve-se ensinar aos cristãos que o papa estaria disposto - como é seu dever - a dar do seu dinheiro àqueles muitos de quem alguns pregadores de indulgências extraem arditosamente o dinheiro, mesmo que para isto fosse necessário vender a Basílica de S. Pedro.

52. Vã é a confiança na salvação por meio de cartas de indulgências, mesmo que o comissário ou até mesmo o próprio papa desse sua alma como garantia pelas mesmas.
53. São inimigos de Cristo e do papa aqueles que, por causa da pregação de indulgências, fazem calar por inteiro a palavra de Deus nas demais igrejas.
54. Ofende-se a palavra de Deus quando, em um mesmo sermão, se dedica tanto ou mais tempo às indulgências do que a ela.
55. A atitude do papa é necessariamente esta: se as indulgências (que são o menos importante) são celebradas com um toque de sino, uma procissão e uma cerimônia, o Evangelho (que é o mais importante) deve ser anunciado com uma centena de sinos, procissões e cerimônias.
56. Os tesouros da Igreja, dos quais o papa concede as indulgências, não são suficientemente mencionados nem conhecidos entre o povo de Cristo.
57. É evidente que eles, certamente, não são de natureza temporal, visto que muitos pregadores não os distribuem tão facilmente, mas apenas os ajuntam.
58. Eles tampouco são os méritos de Cristo e dos santos, pois estes sempre operam, sem o papa, a graça do ser humano interior e a cruz, a morte e o inferno do ser humano exterior.
59. S. Lourenço disse que os pobres da Igreja são os tesouros da mesma, empregando, no entanto, a palavra como era usada em sua época.
60. É sem temeridade que dizemos que as chaves da Igreja, que lhe foram proporcionadas pelo mérito de Cristo, constituem este tesouro.
61. Pois está claro que, para a remissão das penas e dos casos, o poder do papa por si só é suficiente.

62. O verdadeiro tesouro da Igreja é o santíssimo Evangelho da glória e da graça de Deus.
63. Este tesouro, entretanto, é o mais odiado, e com razão, porque faz com que os primeiros sejam os últimos.
64. Em contrapartida, o tesouro das indulgências é o mais benquisto, e com razão, pois faz dos últimos os primeiros.
65. Por esta razão, os tesouros do Evangelho são as redes com que outrora se pescavam homens possuidores de riquezas.
66. Os tesouros das indulgências, por sua vez, são as redes com que hoje se pesca a riqueza dos homens.
67. As indulgências apregoadas pelos seus vendedores como as maiores graças realmente podem ser entendidas como tal, na medida em que dão boa renda.
68. Entretanto, na verdade, elas são as graças mais ínfimas em comparação com a graça de Deus e a piedade na cruz.
69. Os bispos e curas têm a obrigação de admitir com toda a reverência os comissários de indulgências apostólicas.
70. Têm, porém, a obrigação ainda maior de observar com os dois olhos e atentar com ambos os ouvidos para que esses comissários não puguem os seus próprios sonhos em lugar do que lhes foi incumbido pelo papa.
71. Seja excomungado e maldito quem falar contra a verdade das indulgências apostólicas.
72. Seja bendito, porém, quem ficar alerta contra a devassidão e licenciosidade das palavras de um pregador de indulgências.
73. Assim como o papa, com razão, fulmina aqueles que, de qualquer forma, procuram defraudar o comércio de indulgências.

74. muito mais deseja fulminar aqueles que, a pretexto das indulgências, procuram defraudar a santa caridade e verdade.

75. A opinião de que as indulgências papais são tão eficazes ao ponto de poderem absolver um homem mesmo que tivesse violentado a mãe de Deus, caso isso fosse possível, é loucura.

76. Afirmamos, pelo contrário, que as indulgências papais não podem anular sequer o menor dos pecados veniais no que se refere à sua culpa.

77. A afirmação de que nem mesmo S. Pedro, caso fosse o papa atualmente, poderia conceder maiores graças é blasfêmia contra São Pedro e o papa.

78. Afirmamos, ao contrário, que também este, assim como qualquer papa, tem graças maiores, quais sejam, o Evangelho, os poderes, os dons de curar, etc., como está escrito em 1 Co 12.

79. É blasfêmia dizer que a cruz com as armas do papa, insigneiramente erguida, equivale à cruz de Cristo.

80. Terão que prestar contas os bispos, curas e teólogos que permitam que semelhantes conversas sejam difundidas entre o povo.

81. Essa licenciosa pregação de indulgências faz com que não seja fácil, nem para os homens doutos, defender a dignidade do papa contra calúnias ou perguntas, sem dúvida argutas, dos leigos.

82. Por exemplo: por que o papa não evacua o purgatório por causa do santíssimo amor e da extrema necessidade das almas – o que seria a mais justa de todas as causas –, se redime um número infinito de almas por causa do funestíssimo dinheiro para a construção da basílica - que é uma causa tão insignificante?

83. Do mesmo modo: por que se mantêm as exéquias e os aniversários dos falecidos e por que ele não restitui ou permite que se recebam de volta as doações efetuadas em favor deles, visto que já não é justo orar pelos redimidos?

84. Do mesmo modo: que nova piedade de Deus e do papa é essa: por causa do dinheiro, permitem ao ímpio e inimigo redimir uma alma piedosa e amiga de Deus, porém não a redimem por causa da necessidade da mesma alma piedosa e dileta, por amor gratuito?

85. Do mesmo modo: por que os cânones penitenciais - de fato e por desuso já há muito revogados e mortos - ainda assim são redimidos com dinheiro, pela concessão de indulgências, como se ainda estivessem em pleno vigor?

86. Do mesmo modo: por que o papa, cuja fortuna hoje é maior do que a dos mais ricos Crassos, não constrói com seu próprio dinheiro ao menos esta uma basílica de São Pedro, ao invés de fazê-lo com o dinheiro dos pobres fiéis?

87. Do mesmo modo: o que é que o papa perdoa e concede àqueles que, pela contrição perfeita, têm direito à remissão e participação plenária?

88. Do mesmo modo: que benefício maior se poderia proporcionar à Igreja do que se o papa, assim como agora o faz uma vez, da mesma forma concedesse essas remissões e participações 100 vezes ao dia a qualquer dos fiéis?

89. Já que, com as indulgências, o papa procura mais a salvação das almas do o dinheiro, por que suspende as cartas e indulgências outrora já concedidas, se são igualmente eficazes?

90. Reprimir esses argumentos muito perspicazes dos leigos somente pela força, sem refutá-los apresentando razões, significa expor a Igreja e o papa à zombaria dos inimigos e desgraçar os cristãos.

91. Se, portanto, as indulgências fossem pregadas em conformidade com o espírito e a opinião do papa, todas essas objeções poderiam ser facilmente respondidas e nem mesmo teriam surgido.

92. Fora, pois, com todos esses profetas que dizem ao povo de Cristo: Paz, paz! sem que haja paz!

93. Que prosperem todos os profetas que dizem ao povo de Cristo: Cruz! Cruz! sem que haja cruz!

94. Devem-se exortar os cristãos a que se esforcem por seguir a Cristo, seu cabeça, através das penas, da morte e do inferno;

95. e, assim, a que confiem que entrarão no céu antes através de muitas tribulações do que pela segurança da paz.

1517 A.D.

Fonte: <http://www.luteranos.com.br/conteudo/95-teses>

Sobre o organizador

ELBEN M. LENZ CÉSAR é diretor-fundador da *Editora Ultimato* e redator da revista *Ultimato*. É autor de, entre outros, *Práticas Devocionais, Refeições Diárias com os Discípulos, Para (Melhor) Enfrentar o Sofrimento e Por Que (Sempre) Faço o Que Não Quero?*.



Caixa Postal 43 | 36570-000 | Viçosa-MG
Tel.: 31 3611-8500 | Fax: 31 3891-1557
www.ultimato.com.br